



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”

ATA

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA
PARAÍBA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025.

Presidência do Senhor deputado Felipe Leitão

- Presidente -

Secretários os Senhores deputados Tovar Correia Lima,
1º, e João Gonçalves, 2º.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário “Deputado José Mariz”, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, realizou-se a presente Sessão Ordinária. Além dos membros da Mesa acima mencionados, compareceram os senhores deputados: Adriano Galdino (REP); Anderson Monteiro (MDB); Bosco Carneiro (REP); Branco Mendes (REP); Camila Toscano (PSDB); Chico Mendes (PSB); Chió (REDE); Cicinho Lima (PL); Cida Ramos (PT); Danielle do Vale (REP); Delegado Wallber Virgolino (PL); Dra. Jane Panta (PP); Dra.

Paula (PP); Dr. Romualdo (MDB); Dr. Taciano Diniz (UNIAO); Eduardo Carneiro (SD); Felipe Leitão (PSD); Francisca Motta (REP); Galego de Souza (PP); George Morais (UNIÃO); Gilbertinho (UNIÃO); Hervázio Bezerra (PSB); Inácio Falcão (PCdoB); João Paulo Segundo (PP); Júnior Araújo (PSB); Luciano Cartaxo (PT); Manoel Ludgério (PSDB); Marcio Roberto (REP); Manoel Ludgério (PSDB); Sargento Neto (PL); Tanilson Soares (PSB). Deixaram de comparecer, com a falta justificada, os senhores deputados: Eduardo Brito (SD); Jutay Meneses (REP); Michel Henrique (REP); Tião Gomes (PSB). Havendo número regimental, o senhor Presidente, "invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano", declarou aberta a presente Sessão e fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. Em seguida, o deputado Sargento Neto leu a passagem bíblica. O primeiro secretário, deputado Tovar Correia Lima, leu o Expediente em mesa. O Presidente, deputado Felipe Leitão, colocou em votação a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, bem como a votação da redação final das proposições aprovadas na sessão anterior, sendo aprovadas sem restrição. Na sequência, deu-se início ao Pequeno Expediente, concedendo-se a palavra ao primeiro orador inscrito o deputado João Gonçalves. Com a palavra, fez os cumprimentos de praxe e manifestou pesar pelo falecimento do Papa Francisco, destacando sua simplicidade, espírito de inclusão e legado de transformação na Igreja. Anunciou, por fim, o projeto para a criação da Medalha Papa Francisco para homenagens futuras. Em sequência, discursou o deputado Dr. Taciano Diniz que saudou a todos, relatou visitas ao Vale do Piancó e alertou sobre a baixa pluviometria e os riscos hídricos no Sertão, defendendo a urgência do ramal da transposição do Piancó. Finalizou o uso da palavra, prestando homenagem ao Papa Francisco. Após isso, foi à tribuna o deputado Delegado Wallber Virgolino. Com a palavra, fez os cumprimentos habituais e cobrou o cumprimento da convocação dos aprovados no concurso da Guarda Municipal de João Pessoa, criticando o uso eleitoreiro dos certames, a omissão dos órgãos

de fiscalização e defendeu uma atuação mais firme da Assembleia Legislativa da Paraíba. Prosseguindo com a sessão, discursou o deputado Sargento Neto. Com a palavra, saudou a todos e abordou três temas: pediu uma audiência pública antes da votação da lei da Polícia Militar; criticou o aumento de gastos do Governo Federal com mídia e defendeu o ex-presidente Bolsonaro; pediu a correção da Lei nº 11.259/18, ressaltando a problemática do conjunto Serra da Borborema, na cidade de Queimadas. Em continuidade, discursou o deputado Dr. Romualdo que lamentou o falecimento do Papa Francisco, destacando seu legado humanitário. Cobrou também melhorias na sinalização e duplicação de rodovias federais, tais como as das cidades de Remígio e Queimadas. Por fim, cobrou providências do governo quanto à passagem molhada entre os sítios Jacaré e Piú, essencial para a economia local. Em seguida, usou a palavra a deputada Cida Ramos. Iniciou seu discurso saudando a todos, expressou sua tristeza pela morte do Papa Francisco, destacou seu compromisso com a paz, a dignidade humana e sua proximidade com o povo. Anunciou a realização de uma audiência pública para discutir os impactos e a regulação da energia eólica, bem como solar, no estado. Assim, explicou que a audiência contaria com a participação de representantes da Sudema, do Ministério Público, da OAB, universidades públicas, cientistas e movimentos sociais, informou que o evento foi motivado por um projeto de sua autoria, logo, destacou a importância do debate para garantir voz às comunidades afetadas pelos parques energéticos. Fez também um apelo à prefeita da cidade de Conde para evitar a retirada da agência dos Correios, ressaltando a importância do serviço para a população local. Logo após, usou a palavra o deputado Luciano Cartaxo. Em tribuna, saudou a todos, destacou o lançamento do Orçamento Democrático pelo governador João Azevêdo, classificando-o como uma iniciativa valiosa para ouvir as prioridades da população de todas as regiões da Paraíba. Explicou que o calendário permitiria a realização de audiências regionais, promovendo a participação popular na elaboração da peça orçamentária estadual, lembrou

sua experiência como prefeito de João Pessoa, quando utilizou o orçamento participativo para atender demandas da população, como a construção de UPAs, creches e a criação da primeira eco-praça da cidade. Enfatizou a importância das reuniões preparatórias para garantir a inclusão de todos no processo, por fim, lamentou profundamente a morte do Papa Francisco, reconhecendo seu legado de humildade, simplicidade e fé, destacando sua relevância para o mundo, independentemente de religião. Dando seguimento, usou a palavra a deputada Danielle do Vale. Em tribuna, saudou a todos, trouxe uma manifestação em defesa da indicada Alana Galdino ao cargo de conselheira do Tribunal de Contas do Estado, expressou preocupação com declarações feitas na última sessão do TCE, que, segundo ela, ultrapassaram o debate técnico e adentraram o campo da desqualificação pessoal com viés de gênero. Lamentou que a crítica tenha vindo de outra mulher, o que, em vez de fortalecer, enfraqueceu a luta por mais representatividade feminina. Também destacou que homens indicados ao mesmo cargo nunca tiveram suas trajetórias atribuídas a familiares nem tiveram sua capacidade questionada por suposta ausência de opinião própria, repudiou qualquer forma de deslegitimação baseada em gênero e reafirmou seu compromisso com a valorização das mulheres em todos os espaços de poder. Na sequência, o deputado Felipe Leitão assume a presidência dos trabalhos para que o deputado Tovar proferisse seu discurso. Com a palavra, o deputado Tovar Correia Lima iniciou a oratória saudando a todos, prestou uma homenagem ao Papa Francisco, como católico e representante do povo paraibano, destacou a importância histórica e espiritual do pontífice, o primeiro latino-americano e jesuíta a ocupar o trono de Pedro, além de ser o primeiro a adotar o nome de Francisco. Nesse sentido, ressaltou sua humildade, compaixão e coragem, lembrando gestos simbólicos, como lavar os pés de presidiários e visitar campos de refugiados. Ainda mais, enalteceu seu compromisso com os pobres, a paz, o meio ambiente e a dignidade humana. Explicou que Francisco foi um líder profético que tocou milhões ao redor do mundo e deixou um legado

de amor, simplicidade e fé. Concluiu o uso da palavra, desejando que o Papa descansasse em paz e que sua memória continue a inspirar ações de compaixão e de coragem. Em seguida, usou a palavra o deputado João Paulo Segundo. Em tribuna, saudou a todos, manifestou solidariedade ao deputado Tovar pela homenagem ao Papa Francisco e lamentou sua morte, destacando seu papel no diálogo e na promoção da paz. Também cobrou do governador João Azevêdo atenção especial às consequências da seca na região do Cariri e parte do Sertão, especialmente aos criadores prejudicados pela alta no custo da ração e pela falta de pastagem, reforçou a importância de medidas como o subsídio à soja, já concedido anteriormente, e o incentivo à produção de silagem para manter a cadeia produtiva do leite. Comentou a disputa territorial entre Queimadas e Campina Grande, ressaltando a necessidade de diálogo e de um possível plebiscito para definir os limites, elogiou ainda a atuação da vereadora Madalena, defensora da comunidade da região do Ligeiro. Logo após, usou a palavra o deputado Cicinho Lima. Em tribuna, saudou a todos, manifestou apoio à fala da deputada Danielle do Vale em defesa da nomeação de Alana Galdino como Conselheira do Tribunal de Contas do Estado, assim, reforçou a importância da representatividade feminina, destacou que outros estados, como Alagoas, Sergipe, Maranhão, Ceará e Bahia, contam com mulheres ocupando cargos semelhantes, inclusive nas presidências dos tribunais. Lembrou sua participação na Sessão das Mulheres, parabenizou o avanço do feminino na sociedade, afirmou que estará presente na posse de Alana, apoiando com entusiasmo sua nomeação como a primeira mulher conselheira do TCE da Paraíba. Com a palavra, o deputado Chió pediu que a Casa se antecipe a uma grande seca que pode atingir o sertão, trouxe relatos de agricultores que já perderam toda a sua plantação, pediu a criação de políticas públicas que protejam esses agricultores, demonstrou seus sentimentos pela perda do Papa Francisco. Encerrado o pequeno expediente, foi iniciada a Ordem do Dia. Discussão e Votação do Item 1 - MEDIDAS PROVISÓRIAS – DISCUSSÃO E

VOTAÇÃO DO MÉRITO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: 340/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Altera a Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, que define a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo, para adequar a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), e dá outras providências. O relator especial deputado Chico Mendes proferiu parecer pela aprovação. Sem discussão, parecer aprovado por unanimidade. Sem discussão, Medida Provisória aprovada por unanimidade. 341/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Define o reajuste salarial dos servidores estaduais, dos cargos comissionados e funções gratificadas constantes na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, o Piso do Magistério Estadual, e dá outras providências. O relator deputado Chico Mendes proferiu parecer pela aprovação. Em discussão, o deputado Bosco Carneiro afirmou que apresentou uma emenda que concede paridade aos professores aposentados e pensionistas, o deputado Felipe Leitão esclareceu que não existe mais possibilidade de apresentar emenda a medida provisória. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Sem discussão, Medida Provisória aprovada por unanimidade. Discussão e Votação do Item 2 - VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA: VOTANDO SIM O DEPUTADO REJEITA O VETO, APROVANDO O PROJETO, E VOTANDO NÃO, ACEITA O VETO, REJEITANDO O PROJETO - (ART. 228 INC. II E III DO R.I): 106/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Veto Total ao Projeto de Lei nº 4.095/2022 de autoria do Deputado Delegado Wallber Virgolino, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor paraibano em relação às práticas abusivas por parte de prestadoras de serviços de telecomunicações". Parecer da CCJR pela rejeição do veto. Sem discussão. Foi pedido o encaminhamento de votação aos líderes, o deputado Chico Mendes encaminhou o voto Não, e o deputado George Morais encaminhou o voto Sim. Em votação, Veto mantido por maioria com quinze votos não e doze votos sim. 127/2024 – DO GOVERNADOR DO

ESTADO – Veto Total por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público ao Projeto de Lei nº 467/2023 de autoria da Deputada Jane Panta, que "Dispõe sobre a criação de um portal para atendimento, informação, comunicação e recebimento de denúncias, às pessoas com deficiência". Parecer da CCJR pela rejeição do veto. Sem discussão. Foi pedido o encaminhamento de votação dos líderes, o deputado Chico Mendes encaminhou o voto Não, e o deputado George Morais encaminhou o voto Sim. A deputada Cida pediu que seja criada uma Comissão para discutir com o Governo vetos que não deveriam existir. O deputado Chico Mendes esclareceu que essa discussão deveria ocorrer antes do projeto chegar a Casa. A deputada Jane esclareceu que vota Sim e fica constrangida pela derrubada desse projeto. Em votação, veto mantido com 10 (dez) votos não e 18 (dezoito) votos sim. Passando para o próximo veto: Veto 152/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 707/2023, de autoria da Deputada Daniele do Vale, que "Institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e Profissional e dispõe sobre a Preferência de Vagas às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar no Estado da Paraíba". RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. Em discussão o Veto, a deputada Cida Ramos com a palavra. A deputada Cida destacou a importância de observar as políticas públicas nacionais de emprego e renda, ressaltando que já existia, tanto no âmbito federal quanto estadual, legislação que garantia vagas preferenciais para mulheres, especialmente aquelas vítimas de violência doméstica. Nesse sentido, a deputada afirmou que essa política já era uma realidade no Brasil e na Paraíba, assim, questionou o veto a uma proposta que apenas reforçava o que estava previsto em lei. Mencionou ainda sua experiência como secretária de Estado, recordando que, há cerca de dez anos, o PRONATEC priorizava essa pauta, expressando sua perplexidade diante da decisão de vetar a proposta. Seguindo o debate do veto, o deputado Chico Mendes defendeu a formação de um núcleo

de trabalho ou grupo que pudesse discutir a legislação ainda em sua fase inicial, conforme sugerido pela deputada Cida Ramos. Reforçou que a proposta discutida estava contemplada na legislação federal, conforme também salientado pela deputada Francisca Motta, e que, portanto, não haveria qualquer alteração prática. Ressaltou que a lei federal sobrepunha-se à estadual e que o esforço legislativo local, nesse caso, seria redundante. Por fim, defendeu que esse tipo de análise fosse feito tanto antes da aprovação das leis quanto antes da manifestação do Poder Executivo quanto a vetos, a fim de evitar o sentimento de estagnação e a repetição de medidas inócuas. Depois disso, a deputada Danielle do Vale reconheceu a liderança do deputado Chico Mendes e argumentou que a existência de uma lei federal não entrava em conflito com a regulamentação estadual. Defendeu a necessidade de se regulamentar, de forma efetiva, essa política pública na Paraíba. Explicou que o veto do governador foi parcial, alcançando apenas dois artigos que tratavam da obrigatoriedade da realização de atividades específicas. A deputada declarou concordar com a manutenção do veto, por entender que os dispositivos vetados interferiam diretamente nas atribuições da Secretaria da Mulher. O Presidente, deputado Felipe Leitão, solicitou o encaminhamento de votação por parte do líder do governo, deputado Chico Mendes. O deputado encaminhou voto *não*, posicionando-se a favor da manutenção do veto governamental. O deputado George Morais encaminhou voto *sim*, defendendo a derrubada do veto. A deputada Cida Ramos questionou a condução da votação, destacando que, sendo a autora do projeto de lei e tendo declarado concordância com o veto, os demais parlamentares não deveriam ter submetido a matéria a votação nominal. Argumentou que, em situações como essa, bastaria o posicionamento da maioria, especialmente quando a própria autora do projeto aceita o veto. Criticou a divisão entre situação e oposição diante de um tema que considerou de menor complexidade. Finalizou o momento do debate, registrando seu voto como *não*, ou seja, pela manutenção do veto. O Presidente iniciou a votação e

declarou que o Veto governamental, de natureza parcial, foi mantido. Registrou que 10 deputados votaram *sim*, pela derrubada do veto; 17 votaram *não*, pela sua manutenção; e não houve abstenções. Dando continuidade, o Secretário Tovar leu o Item 3. Projetos de Lei – Discussão e Votação em Turno Único – Quórum: Maioria Simples: Projeto de Lei 2.148/2024 – DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE – Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de propaganda educativa sobre o Transtorno do Espectro Autista - TEA em espetáculos artístico-culturais e esportivos que tenham recebido recursos financeiros do Governo do Estado da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA SUPRESSIVA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. A relatora especial, deputada Cida Ramos, deu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer da relatora especial a deputada Cida Ramos. Não houve quem quisesse discutir. Em votação o parecer. Aprovado o parecer da deputada Cida Ramos. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. O Projeto de Lei Nº 2.148/2024, da deputada Danielle do Vale, foi aprovado por unanimidade. Próximo, Projeto de Lei 2.587/2024 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Institui o Selo Empresa Amiga do Consumidor, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. A relatora especial, deputada Cida Ramos, deu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer da relatora especial, deputada Cida Ramos. Não houve quem quisesse discutir. Em votação o parecer. Aprovado o parecer da deputada Cida Ramos. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. O Projeto de Lei Nº 2.587/2024, do deputado Adriano Galdino, foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei 3.367/2024 - DO DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO - Institui a Política Estadual de Detecção de Talentos Paralímpicos no Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. A relatora especial, deputada Cida

Ramos, deu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer da relatora especial, deputada Cida Ramos. Não houve quem quisesse discutir. Em votação o parecer. Aprovado o parecer da deputada Cida Ramos. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. O Projeto de Lei Nº 3.367/2024, do deputado Anderson Monteiro, foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei 3.572/2025 - DO DEPUTADO BRANCO MENDES - Institui a Campanha do Novembro Dourado, no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. O relator especial, deputado Chico Mendes, deu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer. Não houve quem quisesse discutir. Em votação o parecer. Aprovado. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. O Projeto de Lei Nº 3.572/2025, do deputado Branco Mendes, foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei 3.752/2025 - DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO - Cria o Programa de Segurança da Mulher da Paraíba (PROSEM-PB), e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. O relator especial, deputado Taciano Diniz, deu parecer pela aprovação. O deputado Chico Mendes pediu *vistas* e o Presidente explicou que o momento para tal pedido tinha passado, assim, colocaria em votação o parecer. Em votação o parecer. Aprovado. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. O Projeto de Lei Nº 3.752/2025, do deputado Delegado Wallber Virgolino, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, Projeto de Lei 3.620/2025 - DA DEPUTADA DRA. JANE PANTA - Cria o Selo Salão Amigo de Pacientes em Tratamento de Câncer, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA SUPRESSIVA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. O relator especial, deputado Taciano Diniz, deu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer. Não houve quem quisesse discutir. Em votação o parecer. Aprovado. Em

discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. O Projeto de Lei Nº 3.620/2025, da deputada Doutora Jane Panta, foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei 2.862/2024 - DO DEPUTADO DR. ROMUALDO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Sr. Arthur Farias Vilar, pelos relevantes serviços ao Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. O Projeto de Lei Nº 2.862/2024, do deputado Dr. Romualdo, foi aprovado por unanimidade. Antes de dar continuidade, o deputado Dr. Romualdo destacou a trajetória de Arthur Farias Vilar, podcaster residente em Monteiro, natural de São Paulo, mas radicado na Paraíba desde a infância. Enfatizou a sua contribuição à valorização da cultura nordestina, especialmente o forró, assim, ressaltou o orgulho de Arthur em exaltar as raízes paraibanas, mesmo não sendo natural do estado. O Presidente agradece e segue para o próximo item da pauta. Projeto de Lei 3.653/2025 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Concede o Título De Cidadão Paraibano ao Senhor Emerson do Nascimento Silva, Presidente da Central Única das Favelas na Paraíba, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. COM ANTECIPAÇÃO DO VOTO DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO. Em discussão o projeto. O deputado Delegado Wallber Virgolino questiona a autora, perguntando o que o homenageado teria feito pela Paraíba. A deputada Cida defendeu a concessão do título de cidadania paraibana a Emerson, ressaltando que ele chegou ao estado aos três anos de idade, cresceu em áreas periféricas e desenvolveu um trabalho de grande relevância social. Destacou que ele promoveu a valorização desses territórios como espaços de potencialidades e não apenas de vulnerabilidades. Criticou o questionamento do Deputado Delegado Wallber Virgolino, lembrando que ele concede títulos com frequência e que deveria respeitar os títulos propostos pelos colegas. Afirmou que o título é merecido e lamentou a existência de dois pesos e duas medidas na análise das homenagens. Em

votação, o projeto foi aprovado, com voto contrário apenas do Deputado Wallber Virgolino. Dando seguimento, o item 4. Projetos de Resolução – Discussão e Votação em Turno Único – Quórum: Maioria Simples. Inclusão de pauta do Projeto: Decreto Legislativo 23/2025, que autoriza o Poder Executivo a alterar a programação orçamentária relativa às emendas de apropriação impositivas com chances do anexo da Lei Nº 13.549, de 10 de janeiro de 2025, e dá outras providências. Parecer favorável da Comissão de Orçamento. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. Projeto aprovado por unanimidade. O secretário, deputado Tovar, explicou que qualquer deputado que esteja em missão, a serviço da Assembleia Legislativa, em outro lugar, os projetos podem ser votados, mesmo na ausência fisicamente do deputado em plenário. A exemplo, como é o caso do Presidente Adriano. Dito isso, deu seguimento a pauta. Projeto de Resolução 218/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Concede a Medalha Professor Luiz Mendes de Pontes à Professora Janiglécia Tavares. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. O Projeto de Lei Nº 218/2024, do deputado João Gonçalves, foi aprovado por unanimidade. Próximo, Projeto de Resolução 238/2024 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Concede a Medalha Epitácio Pessoa ao médico, Doutor Gualter Lisboa Ramalho, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. E esse eu quero e peço a subscrição, presidente. Os deputados Delegado Wallber Virgolino e Camila Toscano pedem subscrição, o que foi aprovado pela Mesa. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. Aprovado o Projeto de Resolução Nº 238/2024, do deputado Adriano Galdino. Projeto 290/2024 - DO DEPUTADO BOSCO CARNEIRO - Concede a Medalha de Mérito Turístico da Paraíba a Professora Doutora Fabiane Nagabe pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em

discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. Aprovado o Projeto de Resolução Nº 290/2024 do Deputado Bosco Carneiro. Projeto de Resolução 292/2024 - DO DEPUTADO TOVAR - Concede a Medalha Epitácio Pessoa para o empresário Heronaldo de Andrade Marinho Segundo, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão o projeto. Não houve discussão. Em votação o projeto. Aprovado o Projeto de Resolução Nº 292/2024 do Deputado Tovar Correia Lima. O deputado Tovar anunciou a inclusão de dois projetos na pauta: um do deputado João Gonçalves, que concede a Medalha de Mérito Jurídico Tarcísio de Miranda Buriti à promotora Daniele Lucena da Costa Rocha, e outro do deputado Eduardo Carneiro, que concede o título de cidadão paraibano ao empresário Jorge Barbosa Dias. O deputado Chió solicitou a inclusão de uma Audiência Pública sobre a seca na Paraíba, a ser adicionada como item 7 da pauta, destacando a urgência do tema. O Presidente deputado Felipe Leitão acolheu o pedido e deu seguimento à votação dos projetos mencionados. O projeto de autoria do deputado João Gonçalves, que concede a Medalha de Mérito Jurídico Tarcísio de Miranda Buriti à promotora de justiça Daniele Lucena da Costa Rocha, foi colocado em discussão, não havendo manifestações. Em seguida, foi submetido à votação e aprovado por unanimidade dos presentes. O Projeto 38/1/2025 - do deputado Eduardo Carneiro concede o Título de Cidadão Paraibano ao empresário Jorge Barbosa Dias e dá outras providências. O deputado Tovar parabeniza o autor do projeto e pede subscrição. Em votação, o Projeto de Lei Nº 388/2025 do deputado Eduardo Carneiro foi aprovado por unanimidade. Continuando, o item 5 da pauta. O deputado Chico Mendes sugere votação em bloco e pede destaque do projeto 235/2025 do item 6. O Presidente pede ao primeiro secretário que faça a leitura do item 5. Feita a leitura, a votação em bloco do item 5 da pauta. Em votação, todos os projetos contidos no item 5 foram aprovados. O item 6 da pauta, que incluía projetos de autoria da deputada Camila Toscano, do deputado Cicinho Lima e do deputado

Dr. Romualdo, foi submetido à votação em bloco, conforme solicitação do líder governista, o deputado Chico Mendes. Após o pedido de votação em turno único e sem destaques, o plenário aprovou todos os projetos do referido item. O item 7, REQUERIMENTO DE SESSÃO ESPECIAL E AUDIÊNCIA PÚBLICA– DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: Requerimento 243/2025 – DA DEPUTADA DRA. JANE PANTA – Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 90, do Regimento Interno da Casa, que seja realizada uma Sessão Especial na Casa Legislativa, em alusão ao dia 07 de abril, dia do Médico Legista. Inclusão do Requerimento 20321/2025, da deputada Cida Ramos - Compete à Comissão de Educação de Cultura desta Casa, realize a audiência pública para debater a defesa e a promoção da educação pública no Estado da Paraíba. E inclusão solicitada pelo deputado Chió: uma audiência pública com o objetivo de discutir os impactos e consequências de longos períodos de estiagem, como a falta de água, a destruição de culturas e a redução da produção animal, afetando a vida e o sustento das comunidades. O item 7 da pauta, que reunia requerimentos de sessão especial e audiência pública, foi votado em bloco após consenso entre as bancadas de situação e oposição. O Presidente, deputado Felipe Leitão, dispensou o encaminhamento de votação e o plenário aprovou todos os requerimentos por unanimidade. Depois, o deputado Tovar informou que, a pedido da liderança da Casa, o item 8 da pauta seria votado em bloco. Esclareceu que os requerimentos em discussão e votação em turno único iam do número 20.155 até o 20.319, ressaltando que eram muitos. O Presidente, deputado Felipe Leitão, colocou em votação todo o item 8, exceto os destaques e os requerimentos de deputados ausentes que foram retirados. Declarou os requerimentos aprovados por unanimidade. Como não havia mais matérias a serem deliberadas, encerrou a sessão ordinária e convidou os parlamentares para a próxima sessão, desejando que Deus os abençoasse. O inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas,

poderão ser consultadas, na íntegra. A presente ATA, após aprovada, será assinada e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. Sala das Sessões, João Pessoa, 22 de abril de 2025.



DEP. FELIPE LEITÃO

PRESIDENTE



TOVAR CORREIA LIMA
Deputado Estadual

1º Secretário